

**PEDIDO DE COMPRA: 000951 / 2026****EMIÇÃO: 12/05/2026****SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**

Objetivo: Aquisição de Câmaras para Conservação de Imunobiológicos para Farmácia de Medicamento Especial (FME).

Justificativa: O presente processo de Licitação visa suprir a necessidade atual junto a Farmácia de Medicamento Especial (FME) da Secretaria Municipal de Saúde- SEMSA, referente a conservação de medicamentos e insumos perecíveis. A conservação destes materiais é essencial para garantir que os mesmos estejam em condições adequadas para serem distribuídos aos pacientes, de modo a garantir a saúde dos mesmos.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME), é responsável pelo armazenamento, controle e dispensação de medicamentos e insumos que exigem condições específicas de conservação, especialmente aqueles termolábeis, cuja eficácia, qualidade e segurança dependem da manutenção contínua da temperatura recomendada pelos fabricantes e pelos órgãos reguladores.

Atualmente, verifica-se a necessidade de aprimorar a estrutura destinada ao armazenamento desses produtos, garantindo condições adequadas para a conservação dos imunobiológicos, medicamentos especiais e demais insumos perecíveis distribuídos à população. A ausência ou insuficiência de equipamentos específicos para este fim pode comprometer a estabilidade dos produtos, ocasionando perdas de materiais, prejuízos financeiros à Administração Pública e, principalmente, riscos à continuidade e à qualidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A adequada conservação dos medicamentos constitui requisito indispensável para assegurar sua eficácia terapêutica, evitando alterações em suas características físico-químicas e biológicas que possam comprometer os resultados dos tratamentos disponibilizados aos pacientes. Além disso, o armazenamento em equipamentos apropriados contribui para o atendimento das normas sanitárias vigentes, das boas práticas de armazenamento e das exigências dos órgãos de fiscalização e controle.

Dessa forma, faz-se necessária a aquisição de Câmaras para Conservação de Imunobiológicos, destinadas à Farmácia de Medicamentos Especiais (FME), com o objetivo de proporcionar maior segurança, confiabilidade e controle das condições de armazenamento dos produtos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a manutenção da cadeia de frio, a preservação da qualidade dos medicamentos e a continuidade do atendimento à população.

Ressalta-se que a presente aquisição será realizada com recursos oriundos da Portaria SES nº 1.253/2025 que disponibilizou recursos financeiros específicos para fortalecimento e qualificação da estrutura dos serviços de assistência farmacêutica, possibilitando ao Município promover melhorias na infraestrutura destinada ao armazenamento e conservação dos medicamentos e insumos de saúde.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de São Luiz Gonzaga/RS, conforme o item:

"6218 - Câmara para Conservação de Imunobiológicos", estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto possui natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

Câmara para Conservação de Imunobiológicos, com as seguintes características técnicas:

- Capacidade interna de 700L;



- 220 volts;
- Temperatura programada entre 2 e 8°C, com possibilidade de ajuste de parâmetros;
- Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno;
- Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional;
- Isolamento térmico mínimo de 70 mm nas paredes em poliuretano injetado expandido livre de CFC;
- Câmara interna construída em aço inoxidável;
- Prateleiras fabricadas em aço inoxidável perfurado, com regulagem de altura, permitindo acesso direto às vacinas;
- Porta de vidro triplo, com sistema antiembaçante, vedação através de perfil magnético;
- Painel de comandos e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema microprocessado pelo display em LCD ou LED Teclas em soft touch;
- Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável;
- Alarme passível de silenciamento temporário;
- Iluminação interna em LED, com acionamento na abertura da porta ou externamente no painel frontal;
- Sistema de emergência: bateria selada estacionária recarregável que permite autonomia por um período mínimo de 24 horas sem energia convencional;
- Chave geral de energia liga/desliga;
- Entrada USB para pen drive, para registro de temperaturas, alarmes e eventos sem utilização de software ou computador;
- 02 (dois) termômetros, sendo 01 (um) imerso em solução glicerol (simulando temperatura da vacina) e 01 (um) sensor interno no ar para o controle da temperatura.
- 04 (quatro) rodízios, com freios;
- Equipamento com registro na ANVISA;
- Garantia mínima de 01 (um) ano.
- Certificação comprobatória de eficiência emitida pelo INMETRO, para os insumos de certificação compulsória.

* A empresa interessada deverá apresentar juntamente com sua proposta FOLDER, MANUAL OU CATÁLOGO contendo descritivo detalhado e especificação técnica do equipamento.

2. PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. Após a homologação do certame, será formalizado o competente instrumento contratual com a empresa vencedora. Após a assinatura do contrato, o Setor Administrativo da SEMSA emitirá e encaminhará à contratada a **Autorização de Fornecimento**, acompanhada da respectiva **Nota de Empenho**, quando aplicável.

2.2 O fornecimento do objeto contratado deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da contratada e aceitação expressa do contratante.

2.2.1. O equipamento deverá ser entregue montado, instalado, configurado e em pleno funcionamento, acompanhado dos respectivos manuais de operação e certificados exigidos pela legislação aplicável.

2.3. A entrega deverá ocorrer na sede da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, situada na Rua Fernando Machado, N 2899, Bairro Agrícola - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97800-000 **SEM QUAISQUER CUSTOS PARA O MUNICÍPIO**, incluindo frete, seguros, taxas, tributos e demais despesas necessárias ao cumprimento da obrigação.



2.3.1. A Contratada deverá comunicar formalmente ao Contratante eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa e proposta de cronograma, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, ficando a prorrogação condicionada à análise e aceitação do Contratante.

2.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica e manutenção corretiva do equipamento, sem ônus para o Município, incluindo mão de obra, deslocamentos, transporte, peças e componentes necessários à correção de defeitos de fabricação ou funcionamento.

2.5. O recebimento do objeto **NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DO LICITANTE CONTRATADO** quanto aos vícios ocultos ou defeitos que se manifestem durante a utilização normal do bem, aplicando-se, no que couber, as disposições legais pertinentes.

2.6. Por ocasião da entrega, caso seja verificado que os produtos não atendem às especificações exigidas, poderá a Administração rejeitá-los, no todo ou em parte, obrigando-se a contratada a promover a substituição do bem não aceito no prazo de **15 (quinze) dias** contados de sua notificação.

2.7. Os itens deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade e segurança durante o transporte, responsabilizando-se a contratada por quaisquer danos decorrentes de embalagem inadequada.

2.8. A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com o objeto, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

2.9. A empresa contratada deverá, no tocante ao fornecimento e à entrega do item objeto deste Certame, OBEDECEFR rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.

2.10. O objeto do presente contrato será recebido:

2.10.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

2.10.2. Definitivamente, por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado, após verificação do atendimento integral às exigências contratuais.

2.10.3. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação do correto funcionamento do equipamento, à conferência de todas as características técnicas exigidas neste instrumento e à comprovação da entrega dos manuais, certificados e demais documentos exigidos para sua utilização.

3. PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão efetuados em **até 30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, após o recebimento definitivo do objeto, devendo constar no documento fiscal, ou acompanhá-lo, o atestado de recebimento devidamente assinado pelo fiscal do contrato.

3.2. O documento fiscal deverá ser emitido pelo estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

4.1. São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Efetuar o devido pagamento à Contratada, na forma e nos prazos estabelecidos neste contrato.

f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.1.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, contado do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada, por igual período.

4.1.2. O Contratante deverá responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 01 (um) mês, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos previstos no edital e neste contrato e em sua proposta, assumindo integralmente e exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os bens entregues em desacordo com o pactuado;

f) Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato ou da autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e



prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

g) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitados da Previdência Social e para aprendiz, quando aplicáveis;

i) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

k) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

l) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo autorização expressa do Contratante.

5. SANÇÕES:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Em razão das infrações administrativas, poderão ser aplicadas, observada a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a reincidência e demais circunstâncias relevantes, as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista no edital e no contrato;

III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo legal;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. EXTINÇÃO

6.1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo final de vigência.

6.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.1. Nas hipóteses de extinção contratual, aplicam-se, no que couber, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A extinção do contrato não constitui óbice ao reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, na hipótese em que será devida indenização, mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7. HABILITAÇÕES

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, na forma do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes disposições:

7.1. Habilitação Jurídica:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como com o Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional - CTN, ou outra equivalente, na forma da legislação vigente;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, a ser realizada diretamente no sistema eletrônico quando do envio da proposta.

7.3. Habilitação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para sua apresentação, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

8. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, em situação ativa, em nome da licitante.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas para esta licitação são baseadas nas necessidades apresentadas pela Farmácia de Medicamento Especial (FME) da SEMSA e nos recursos financeiros disponíveis.

ITEM	QUANT.	Descrição
		<p>Câmara para Conservação de Imunobiológicos, com as seguintes características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade interna de 700L;- 220 volts;- Temperatura programada entre 2 e 8°C, com possibilidade de ajuste de parâmetros;- Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno;- Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional;- Isolamento térmico mínimo de 70 mm nas paredes em



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01	04	<p>poliuretano injetado expandido livre de CFC;</p> <ul style="list-style-type: none">- Câmara interna construída em aço inoxidável;- Prateleiras fabricadas em aço inoxidável perfurado, com regulagem de altura, permitindo acesso direto às vacinas;- Porta de vidro triplo, com sistema antiembaçante, vedação através de perfil magnético;- Pannel de comandos e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema microprocessado pelo display em LCD ou LED. Teclas em soft touch;- Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável;- Alarme passível de silenciamento temporário;- Iluminação interna em LED, com acionamento na abertura da porta ou externamente no pannel frontal;- Sistema de emergência: bateria selada estacionária recarregável que permite autonomia por um período mínimo de 24 horas sem energia convencional;- Chave geral de energia liga/desliga;- Entrada USB para pen drive, para registro de temperaturas, alarmes e eventos sem utilização de software ou computador;- 02 (dois) termômetros, sendo 01 (um) imerso em solução glicérol (simulando temperatura da vacina) e 01 (um) sensor interno no ar para o controle da temperatura.- 04 (quatro) rodízios, com freios;- Equipamento com registro na ANVISA;- Garantia mínima de 01 (um) ano.- Certificação comprobatória de eficiência emitida pelo INMETRO, para os insumos de certificação compulsória.
----	----	--

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada para atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME), verificou-se a existência de diferentes alternativas para a conservação adequada de medicamentos, imunobiológicos e demais insumos termossensíveis.

Tais referências foram obtidas por meio de consultas a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, pesquisas junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Compras.gov.br e demais fontes oficiais utilizadas para levantamento de soluções disponíveis no mercado.

Dentre as possíveis soluções para atendimento da demanda, foram avaliadas as seguintes alternativas:

1. Utilização de refrigeradores domésticos ou comerciais convencionais

Esta alternativa consiste na utilização de geladeiras comuns para armazenamento dos medicamentos e insumos que necessitam de controle de temperatura.

Embora represente menor investimento inicial, esta solução não se mostra adequada para a finalidade pretendida, uma vez que

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

equipamentos convencionais não são desenvolvidos especificamente para a conservação de imunobiológicos e medicamentos termossensíveis. Além disso, apresentam maior variação térmica interna, ausência de sistemas de monitoramento contínuo, alarmes específicos, baterias de emergência e demais mecanismos de segurança exigidos para o armazenamento adequado desses produtos.

A adoção desta alternativa pode comprometer a qualidade, estabilidade e eficácia dos medicamentos armazenados, além de gerar riscos operacionais e sanitários incompatíveis com as exigências técnicas aplicáveis ao setor de saúde.

2. Locação de equipamento especializado

Foi analisada a possibilidade de locação de câmara para conservação de imunobiológicos.

Entretanto, esta alternativa não se mostrou economicamente vantajosa para a Administração, considerando que a necessidade de armazenamento é permanente e contínua. A locação acarretaria custos recorrentes durante toda a vida útil do equipamento, podendo resultar em despesas superiores à aquisição definitiva. Além disso, a Administração permaneceria dependente das condições contratuais estabelecidas pelo fornecedor e da disponibilidade do equipamento para manutenção e substituição.

3. Compartilhamento de equipamento com outras unidades ou órgãos públicos

Também foi considerada a possibilidade de utilização compartilhada de equipamento pertencente a outras unidades de saúde ou órgãos públicos.

Todavia, esta alternativa mostrou-se inviável em razão da necessidade de armazenamento contínuo dos medicamentos sob responsabilidade da Farmácia de Medicamentos Especiais, bem como pelas exigências de controle, rastreabilidade, disponibilidade imediata e segurança no acondicionamento dos produtos. O compartilhamento poderia ocasionar limitações operacionais e comprometer a gestão adequada dos estoques.

4. Aquisição de Câmara para Conservação de Imunobiológicos

A aquisição de equipamento específico para conservação de imunobiológicos apresenta-se como a solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico. As câmaras científicas são desenvolvidas exclusivamente para armazenamento de medicamentos, vacinas e demais produtos termossensíveis, possuindo recursos como controle eletrônico de temperatura, alarmes sonoros e visuais, monitoramento contínuo, sistemas de emergência em caso de falta de energia, registro de eventos e estabilidade térmica compatível com as exigências sanitárias vigentes.

Além de proporcionar maior segurança no armazenamento dos insumos, a aquisição garante autonomia operacional à Secretaria Municipal de Saúde, reduz riscos de perdas de medicamentos e assegura melhores condições para manutenção da qualidade e eficácia dos produtos disponibilizados à população.

Diante da análise comparativa das alternativas, conclui-se que a aquisição de Câmara para Conservação de Imunobiológicos constitui a solução mais eficiente, segura e vantajosa para atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo conformidade com as exigências técnicas e sanitárias aplicáveis, segurança no armazenamento dos medicamentos e economicidade para a Administração Pública ao longo da vida útil do equipamento.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 97.865,32** (noventa e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais, com trinta e dois centavos).

ITEM	QUANT.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	04	Câmara para Conservação de Imunobiológicos	R\$ 24.466,33	R\$ 97.865,32
TOTAL			R\$ 97.865,32	

Justifica-se tal valor tendo em vista que, através de uma pesquisa realizada na forma do Decreto Municipal Nº 6.871/2022 "Estabelece o Procedimento Administrativo para a realização de Pesquisa de Preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de Obras e Serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021", em contratações semelhantes, foi possível verificar que o valor a ser contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

A metodologia utilizada para a obtenção do preço estimado foi a média dos valores praticados pelo mercado para serviços



semelhantes, com base no Artigo 6º, § 1º do Decreto Municipal Nº 6.871/2022. Justifica-se tal metodologia por ajudar a identificar ofertas razoáveis e alinhadas ao mercado, contribuindo assim para um processo mais justo, equilibrado e eficiente, tanto para a Administração Pública quanto para os fornecedores.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade administrativa identificada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à aquisição, junto a empresa especializada, de Câmara para Conservação de Imunobiológicos, conforme especificações técnicas detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar e posteriormente no Termo de Referência.

A opção pela aquisição do equipamento decorre da análise técnica e econômica realizada no item referente às alternativas disponíveis no mercado, que concluiu pela inviabilidade das demais soluções avaliadas, tais como a utilização de refrigeradores convencionais, a locação de equipamentos especializados e o compartilhamento com outras unidades ou órgãos públicos. A necessidade permanente de armazenamento adequado de medicamentos, imunobiológicos e demais insumos termossensíveis exige a disponibilização contínua de equipamento específico, capaz de assegurar condições adequadas de conservação, monitoramento e segurança.

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a aquisição direta apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo autonomia operacional, disponibilidade permanente do equipamento e maior controle sobre sua utilização e manutenção.

A Câmara para Conservação de Imunobiológicos é um equipamento desenvolvido especificamente para o armazenamento de medicamentos e insumos sensíveis à variação de temperatura, possuindo recursos de controle eletrônico, alarmes sonoros e visuais, monitoramento contínuo, sistema de emergência para falta de energia, registro de eventos e estabilidade térmica compatível com as exigências sanitárias vigentes. Tais características proporcionam maior segurança ao armazenamento dos produtos, reduzindo significativamente o risco de perdas decorrentes de falhas operacionais, oscilações de temperatura ou interrupções no fornecimento de energia elétrica.

A aquisição do equipamento contribuirá diretamente para a melhoria da estrutura da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME), proporcionando maior segurança no acondicionamento dos medicamentos distribuídos à população, preservando sua qualidade, eficácia terapêutica e integridade durante todo o período de armazenamento.

Do ponto de vista econômico, a solução proposta mostra-se mais vantajosa ao longo da vida útil do equipamento, uma vez que o investimento inicial é compensado pela redução dos riscos de perdas de medicamentos, pela diminuição de custos decorrentes de substituições de produtos inutilizados e pela maior confiabilidade no controle das condições de armazenamento exigidas pelos órgãos reguladores.

Cumprir destacar que a presente solução está em conformidade com os objetivos do planejamento das contratações públicas previstos no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, representando a alternativa mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa identificada, assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde e a adequada gestão dos medicamentos disponibilizados à população.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição da Câmara para Conservação de Imunobiológicos constitui a solução mais eficiente, segura e vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

Os equipamentos deverão:

Ser registrados junto à ANVISA ou, quando aplicável, documento oficial que comprove sua dispensa de registro perante o órgão competente;

Certificação comprobatória de eficiência emitida pelo INMETRO, para os insumos de certificação compulsória.

* A empresa interessada deverá apresentar juntamente com sua proposta FOLDER, MANUAL OU CATÁLOGO contendo descritivo detalhado e especificação técnica do equipamento.



ASSISTENCIA TECNICA E MANUTENÇÃO

A empresa contratada deverá prestar assistência técnica e manutenção corretiva durante todo o período de garantia do equipamento, sem ônus para o Município, incluindo mão de obra, deslocamentos, transporte, peças e componentes necessários à correção de defeitos de fabricação ou funcionamento. A assistência técnica deverá ser prestada por empresa autorizada, credenciada ou especializada, localizada a uma distância não superior a 550 (quinhentos e cinquenta) quilômetros do Município de São Luiz Gonzaga/RS.

Considerando que a Câmara para Conservação de Imunobiológicos é um equipamento essencial para o armazenamento adequado de medicamentos e insumos termossensíveis, sua manutenção preventiva e corretiva é indispensável para assegurar a continuidade das atividades da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME) e a preservação da qualidade dos produtos armazenados.

Eventuais falhas no funcionamento do equipamento podem ocasionar perdas de medicamentos de elevado valor financeiro, comprometimento dos tratamentos disponibilizados aos pacientes e riscos à saúde pública. Dessa forma, torna-se necessária a existência de assistência técnica especializada apta a atender as demandas do Município de forma célere e eficiente.

O deslocamento do equipamento para assistência técnica em localidades demasiadamente distantes poderia gerar custos adicionais à Administração, ampliar o tempo de indisponibilidade do equipamento e aumentar os riscos relacionados à interrupção do adequado armazenamento dos medicamentos. Por essa razão, faz-se necessária a definição de um limite geográfico razoável para a prestação dos serviços de manutenção durante o período de garantia.

A definição do limite de 550 quilômetros foi estabelecida com base em critérios técnicos e operacionais, considerando o tempo de deslocamento, os custos logísticos envolvidos, a necessidade de rápida resposta em casos de manutenção corretiva e a disponibilidade de empresas especializadas aptas a realizar os serviços exigidos.

Durante a fase de planejamento da contratação foi realizada pesquisa de mercado, sendo identificadas empresas aptas a prestar assistência técnica e manutenção para equipamentos dessa natureza dentro do limite estabelecido, conforme demonstrado abaixo:

BIOTECNO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ: 04.470.103/0001-76 (LOCALIZAÇÃO: ESTRADA MUNICIPAL JOÃO HERMES, Nº 915, BAIRRO GLÓRIA, SANTA ROSA/RS - CEP: 98785-810 | DISTÂNCIA: 113KM)

CLIMA CERTO ALEX PEREIRA BLUMBERG – CNPJ: 05.351.428/0001-00 (LOCALIZAÇÃO: RUA ALAN KARDEC, Nº 1343, BAIRRO SÃO GREGÓRIO, DOM PEDRITO/RS - CEP: 96450-000 | DISTÂNCIA: 370KM)

DOUGLAS LUCAS MOREIRA – CNPJ: 27.086.621/0001-96 (LOCALIZAÇÃO: RUA DEZOITO DE MAIO, Nº 2014, BAIRRO CENTRO, BAGÉ/RS - CEP: 96400-270 | DISTÂNCIA: 437 KM);

Consermed – Assistência Técnica Hospitalar Rua Condores, 321 - Porto Verde - Alvorada - Rio Grande do Sul (DISTÂNCIA: 503 KM);

- Considerando a existência de empresas especializadas aptas a prestar assistência técnica em distância máxima de 500 km da sede do Município, não havendo comprometimento da competitividade do certame;

- Considerando que a licitação não impõe restrição geográfica indevida à participação dos interessados, mas estabelece condição necessária para garantir atendimento adequado às necessidades da Administração;

- Considerando que a indisponibilidade prolongada da Câmara para Conservação de Imunobiológicos pode comprometer o armazenamento adequado de medicamentos e insumos termossensíveis, ocasionando prejuízos ao serviço público de saúde;

- Considerando que a Administração necessita de atendimento técnico especializado em prazo razoável, de modo a evitar interrupções nas atividades da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME);

- Considerando que a limitação geográfica estabelecida visa assegurar maior eficiência na execução contratual, sem restringir a ampla concorrência;

Conclui-se que a exigência de assistência técnica especializada localizada em um raio máximo de 550 quilômetros do Município de São Luiz Gonzaga/RS mostra-se tecnicamente justificável, proporcional e compatível com o interesse público, assegurando condições adequadas para manutenção do equipamento e continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.



JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do Art. 47, Inciso II, da Lei Federal Nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo Art. 47 estabelece que deverá ser considerado a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Entretanto, tendo em vista que o objeto desta licitação se trata da aquisição de Câmaras de Conservação de Imunobiológicos, entendemos que uma eventual divisão do objeto não apenas não teria sentido prático, pois implicaria na existência de mais de uma empresa (além de mais de um modelo de câmaras, com marcas diferentes) com a qual ter de combinar assistências técnicas e eventuais manutenções, bem como poderia causar entraves ao processo licitatório. Assim sendo, acreditamos que o parcelamento não deverá ser aplicado ao presente processo.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, assim como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. A SEMAG indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) Elaboração de minuta do edital;
- b) Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) Elaboração de minuta do contrato;
- e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) Publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) Realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) Realização de empenho; e
- l) Assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo identificou a existência de contratação correlata necessária para assegurar a plena eficiência, continuidade e operacionalidade da solução proposta.

Embora a aquisição da Câmara para Conservação de Imunobiológicos seja suficiente para atender à necessidade administrativa de armazenamento adequado dos medicamentos e insumos termossensíveis da Farmácia de Medicamentos Especiais (FME), a adequada conservação e o pleno funcionamento do equipamento ao longo de sua vida útil dependem da realização de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva.

Nesse sentido, o Município de São Luiz Gonzaga já possui instrumento vigente que contempla essa necessidade, por meio da **Ata de Registro de Preços nº 01/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90027/2025**, oriundo do **Processo Administrativo nº 796/2023**, cujo objeto consiste na prestação de serviços parcelados de manutenção preventiva e corretiva das câmaras de conservação de imunobiológicos pertencentes ao Município de São Luiz Gonzaga/RS.



Dessa forma, a presente contratação possui relação de complementaridade com o instrumento supracitado, uma vez que a aquisição do equipamento será acompanhada da possibilidade de utilização dos serviços especializados já contratados pela Administração para manutenção, calibração, inspeção e eventuais reparos necessários ao adequado funcionamento das câmaras de conservação.

Importante destacar que a existência dessa contratação correlata contribui para a ampliação da vida útil do equipamento, redução de riscos de falhas operacionais, preservação dos medicamentos armazenados e continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Portanto, conclui-se que a presente contratação possui relação com instrumento contratual já vigente no Município, o qual complementa a solução proposta e contribui para a adequada execução das atividades relacionadas à conservação de medicamentos e imunobiológicos, sem que haja dependência prévia para a realização da aquisição pretendida.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação pretendida possui baixo potencial de impacto ambiental, uma vez que se refere à aquisição de equipamento destinado ao armazenamento e conservação de medicamentos e imunobiológicos em ambiente controlado.

Entretanto, durante seu ciclo de vida, podem ser identificados alguns impactos ambientais indiretos, dentre os quais destacam-se:

- Consumo de energia elétrica necessário para o funcionamento contínuo do equipamento, considerando que a Câmara para Conservação de Imunobiológicos deve permanecer ligada ininterruptamente para garantir a estabilidade térmica exigida para a conservação dos medicamentos;
- Utilização de componentes eletrônicos, circuitos, baterias e demais materiais que, ao final da vida útil do equipamento, demandam destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação aplicável;
- Possível geração de resíduos decorrentes de manutenções preventivas e corretivas, tais como peças substituídas, componentes eletrônicos e baterias;
- Impactos ambientais associados à fabricação, transporte e logística de distribuição do equipamento até o Município.

Como medidas mitigadoras, a Administração buscará adquirir equipamento fabricado em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis, priorizando tecnologias que promovam maior eficiência energética e menor consumo de recursos naturais.

Além disso, durante a execução contratual e ao término da vida útil do equipamento, deverão ser observadas as diretrizes da legislação ambiental vigente, especialmente quanto à destinação adequada de componentes eletrônicos, baterias e demais resíduos eventualmente gerados, em observância aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da presente contratação são considerados de baixa magnitude e podem ser adequadamente mitigados mediante a adoção de boas práticas de gestão, manutenção e descarte ambientalmente correto dos materiais utilizados.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.